
Research Article

Entre a realidade e a aparência – Incursões pela história em *Fama e Segredo na História de Portugal*, de Agustina Bessa-Luís¹

Ana Isabel Moniz*

Universidade da Madeira / CEComp - Universidade de Lisboa

Abstract: This study aims to reflect on the writing process in *Fama e Segredo na História de Portugal* by Agustina Bessa-Luís, a work organized around twelve operas that draw on historical material as memory or cultural foundation, inviting the reader to delve into the History of Portugal. In this exploration, the author presents some outlines and mysteries surrounding certain personalities who shaped Portugal, such as D. Afonso Henriques, Viriato, among others.

Thus, the aim is to demonstrate the sense of History that shapes Agustina Bessa-Luís's work, in a clear approximation between the real and the fictional, realized through successive journeys, historical events and figures that the author proposes, retrieving echoes of the past in the narrative's present, joined by possible rewritings of History and thus also of fiction.

The approach to reality will take into account the inherent limitations in the reconstitution of past events, considering that History is also a discourse of recomposing, and therefore, even though it relies on documents and thorough investigations, it will inevitably reflect the historian's perspective by making unavoidable interpretations and selections, as well as their particular way of narrating, in this vision of the present that reshapes the past to reinvent it.

Keywords: Agustina Bessa-Luís history, memory, rewritings of history

Resumo: Este estudo tem como objetivo reflectir sobre o processo de escrita em *Fama e Segredo na História de Portugal*, de Agustina Bessa-Luís, obra que se organiza a partir de doze óperas que recorrem ao material histórico como memória ou fundamento cultural, convidando o leitor a fazer uma incursão pela História de Portugal. Nessa incursão, a autora apresenta contornos e mistérios acerca de personalidades que moldaram Portugal, como por exemplo D. Afonso Henriques, Viriato, entre outras.

Procurar-se-á, assim, demonstrar o sentido da História que enforma a obra da autora, numa aproximação entre o real e o ficcional, concretizada pela viagem por acontecimentos e figuras históricas, recuperando no presente da narrativa ecos do passado aos quais se juntam possíveis reescritas da História e assim também da ficção.

A aproximação ao real far-se-á tendo em conta as limitações inerentes à reconstituição de factos ocorridos, tendo em conta que a História é também um discurso de recomposição e, portanto, ainda que ela se apoie em documentos e em aturadas investigações, nela perpassará forçosamente a perspectiva do historiador ao operar inevitáveis interpretações e recortes e, assim também, a sua forma particular de dizer, nessa visão do presente que refunda o passado para o reinventar.

Palavras-chave: Agustina Bessa-Luís; história; memória; reescritas da história

1 A autora não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

*Corresponding author: Ana Isabel Moniz, E-mail: ana.moniz@staff.uma.pt

Copyright: © 2025 Author. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), allowing third parties to copy and redistribute the material in any medium or format and to remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially, provided the original work is properly cited and states its license.

Ah, quem escreverá a história do que poderia ter
sido?

Será essa, se alguém a escrever,
A verdadeira história da humanidade.

Álvaro de Campos².

1 Agustina Bessa-Luís: a escritora, a obra e a vida

Agustina Bessa-Luís (1922-2019)³, autora de uma obra diversificada que lhe garantiu um lugar de destaque na produção literária contemporânea, ao ser galardoada com relevantes prémios literários nacionais e internacionais⁴, é natural de Amarante, Norte de Portugal, tendo inaugurado o seu percurso na ficção portuguesa contemporânea com o livro *Mundo Fechado*, em 1949, uma novela que foi bem acolhida pelos leitores. Seguiram-se mais de cinquenta obras, que escreveu ao longo da sua longa vida, tendo sido a publicação de *A Sibila*, em 1954, o romance responsável pela consolidação da sua carreira, reconhecida por diversas vezes, tanto a nível nacional como internacional. Foi distinguida pelo Governo francês com o grau de «Officier de l'Ordre des Arts et des Lettres», em 1989, e laureada com o doutoramento *Honoris Causa* da Università degli Studi di Roma «Tor Vergata», em 2008. A sua obra multifacetada inclui romance, novela, conto, ensaio, teatro, biografia romanceada, livros infantis, crónicas de viagem e imprensa periódica, tendo alguns dos seus livros sido traduzidos em diversas línguas, tais como alemão, castelhano, dinamarquês, francês, grego, italiano e romeno.

Fama e Segredo na História de Portugal, obra sobre a qual incide a nossa atenção neste estudo, é um livro publicado em 2006, de difícil catalogação genológica, que se organiza a partir de doze textos ou capítulos, intitulados pela autora de óperas, uma denominação que “parece querer designar o carácter teatral, fictício, de cada um dos textos” (Marinho, 2008, p.142), que recorrem ao material histórico como memória ou fundamento cultural, convidando o leitor a fazer uma incursão pela História de Portugal. Nessa incursão, Agustina Bessa-Luís apresenta alguns contornos e mistérios acerca de vários acontecimentos e personalidades que moldaram o país, de que podem ser exemplo Viriato, Afonso Henriques, Leonor Telles, D. João I, Mestre de Avis, D. João II, D. Sebastião, Filipe II, D. Pedro, o regicídio com D. Carlos e Luís Filipe, o príncipe herdeiro, Afonso Costa e Sidónio Pais, Salazar, e ainda uma reflexão sobre Portugal e a condição de se ser português, que apresenta na última ópera, denominada “Delírio e Melancolia”.

Procuraremos, assim, demonstrar o sentido da História que enforma a obra da autora, numa aproximação entre o real e o ficcional, concretizado pelas sucessivas viagens por acontecimentos e figuras históricas que propõe ao leitor, recuperando, no presente da narrativa, ecos do passado aos quais se juntam possíveis reescritas da História e assim também da ficção,

2 Fernando Pessoa. (1944). Pecado Original. *Poesias de Álvaro de Campos*. Ática, p. 299.

3 Agustina Bessa-Luís nasceu em Vila Meã, em 1922, em Amarante, tendo vivido a maior parte da sua vida no Porto.

4 De entre os prémios atribuídos a Agustina Bessa-Luís, destaca-se o Prémio Delfim Guimarães, outorgado em 1953, o Prémio Ricardo Malheiros atribuído pela Academia das Ciências de Lisboa, em 1966 e 1977, o Prémio Adelaide Ristori, do Centro Cultural Italiano de Roma, em 1975, o Prémio PEN Clube Português de Ficção, em 1980, o Prémio D. Dinis da Casa de Mateus, em 1980, o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores em 1983 e em 2001, o Prémio da Crítica atribuído pelo Centro Português da Associação Internacional de Críticos Literários, em 1993, o Prémio Internacional União Latina 1997, o Prémio Camões 2004, um dos mais distintos galardões literários da língua portuguesa, e o Prémio de Literatura do Festival Grinzane Cinema de Turim, em 2005.

“numa súmula do que a autora considera as dúvidas mais instigantes da história portuguesa” (Machado, 2021, p. 33).

1.1 Facto e Ficção, História e Literatura

“As pessoas, leitores do passado como se dele tivessem convivência, gostam de imaginar romances do que foram concertos e desconcertos da vida” (Bessa-Luís, 2006, p. 59), afirma Agustina, sublinhando a ficcionalização de factos no modo como concebe e constrói a sua obra. Uma concepção na qual se torna relevante entender o (permanente) diálogo da Literatura com a História, tendo em conta que esta, enquanto relato, partilha com a Literatura os mesmos problemas. Por sua vez, a construção literária, ao centrar-se numa importante vontade de realismo, suporta-se na História. Tratando-se de campos do saber vastos e distintos, partimos dos sentidos comuns que a Literatura e a Cultura alcançaram, nomeadamente, o de valor social, articulado com a ideia de autodesenvolvimento intelectual, espiritual e estético do ser humano, seguindo a tradição iluminista, para sublinhar a problemática do ‘literário’ ligada à escrita ficcional ou criativa, e no exercício do poder crítico de Agustina Bessa-Luís na divulgação de formas e sentidos literários, históricos e culturais.

A escrita literária permite assim reconhecer que o mundo se reorganiza na sucessão infinita dos mecanismos e sentidos gerados em cada texto, revelando, nos percursos da ficção, a descoberta de outros mapas históricos, culturais e identitários presentes nos contextos histórico-culturais, uma dinâmica que se poderá encontrar retratada nas doze óperas que constituem *Fama e Segredo na História de Portugal*. Recorrendo à função simbólica da imagem, na forma como esta opera em termos de ressonâncias e transformações através de contínuas metamorfoses, é, pois, possível entender como, através da sua obra literária, Agustina Bessa-Luís expande o significado e a relação do Homem com o mundo e com a escrita, “desmistificando o impenetrável” (Dumas, 1982, p. 31). Partindo da constatação de Roland Barthes (1966), de que não existe um povo sem narrativa⁵, comprehende-se que esta surgiu com a história da humanidade, sendo no texto literário que se poderão identificar alguns enigmas e problemas culturais da actualidade decorrentes da sua transmissão.

O modo como são relatados os factos, a História e o passado tem sido objecto de reflexão ao longo dos tempos, nomeadamente a forma como estes têm sido assimilados pelos autores que recorrem a material histórico para o cenário temporal das suas obras. Todavia, a conformidade com o real implica a consideração de limitações intrínsecas à recomposição de factos ocorridos, uma vez que a História é também um discurso de reconstituição. Trata-se de uma visão que vai ao encontro de Hayden White, ao entender o artefacto narrativo numa dialéctica entre a História e o literário:

Para o historiador narrativo, o método histórico consiste em investigar os documentos a fim de determinar qual é o enredo verdadeiro, ou mais plausível [...]. Um relato verdadeiramente narrativo, segundo esse ponto de vista, é menos o produto dos talentos poéticos do historiador – pressupostos, quando se trata do relato narrativo de eventos imaginários – do que o resultado necessário de uma aplicação apropriada de um “método” histórico. A forma do discurso, a narrativa, nada acrescenta ao conteúdo da representação; antes, é um simulacro da estrutura e do processo dos eventos reais. (White, 2011, pp. 441-442).

5 « [...] sous ces formes presque infinies, le récit est présent dans tous les temps, dans tous les lieux, dans toutes les sociétés ; le récit commence avec l'histoire même de l'humanité : il n'y a pas, il n'y a jamais eu nulle part aucun peuple sans récit » (Barthes, 1966, p. 1).

O que nos leva a observar que, na perspectiva de White, o passado só existe no modo como é descrito, o que leva a poder considerar a História como uma narrativa literária já que implica a interpretação de pistas apresentadas pelo historiador. Ao fazê-lo, aproxima-a de uma construção literária de um passado que só pode ser acedido através da forma narrativa que é criada para lhe dar forma e sentido, e assim o poder representar. Significa que é a proximidade e semelhança com a representação do facto que poderá ser assumida como um relato verdadeiro:

[...] à medida que essa representação se assemelha aos eventos que representa, pode ser tomada como relato verdadeiro. O que se conta na narrativa é uma mimese do enredo vivido em alguma região da realidade histórica, e, tanto quanto seja uma imitação acurada, é doravante considerada um relato verdadeiro. (White, 2011, p. 442).

investigações, jamais estará isenta da perspectiva do historiador ao realizar interpretações e recortes e, desse modo também, a sua forma peculiar de dizer e contar, nessa visão do presente que restaura e dialoga com o passado para o reinventar. Uma visão que Agustina Bessa-Luís tende a adoptar, quando, na primeira Ópera, parece reiterar a impossibilidade da certeza na recuperação e transmissão da História, apresentando-se esta como “construção de um passado, verosímil, mas não necessariamente, verdadeiro” (Marinho, 2008, pp. 135-136):

Viriato, pelas capacidades superiores do seu físico e do seu moral, podia muito bem ser um homem nascido, não na Lusitânia mas nalgum lugar não mencionado pelos historiadores que, no fim de contas, se copiavam uns aos outros e não introduziam nenhuma prova nos seus relatos. Fica por esclarecer a sua morte. (Bessa-Luís, 1988, p. 15).

O pretérito imperfeito do indicativo, também designado por “presente do passado”, tempo verbal a que a autora recorre neste excerto, indica um facto passado, que normalmente se suporia. “Agustina quer ser senhora da sua temporalidade, manifestando-o pelo domínio e simbolização dos tempos verbais”, afirma Catherine Kong-Dumas (1982, p. 33). “A romancista prefere-lhe o pretérito, que permite a destemporalização do passado impondo-o como *durée*, logo como eternidade. A procura da *durée* através do imperfeito não pode conduzir a nada, visto ela negar a vontade do criador” (Kong-Dumas, 1982, p 33). O que significa que a expressão “podia muito bem ser um homem”, que se pode ler no excerto anterior, relativo à primeira Ópera, ao remeter para um facto passado, mas não concluído, descreve o que então era presente ao mesmo tempo que manifesta a ideia de sequência e de duração, como se pretendesse preencher um hiato acerca da acção, neste caso, sobre as origens do protagonista Viriato.

do texto, deixando os hiatos a cargo da imaginação. Ao procurar recuperar a História, sob uma perspectiva científica e objectiva, o romance histórico tradicional pretendia transportar para um presente desorganizado, um passado edificativo e exemplar. Não obstante, ao abordar a História, o autor irá infalivelmente envolver a sua voz subjectiva no decurso do discurso ficcional. Deste modo, a impossibilidade de reprodução do real sublinhada pela consciência de que as palavras “não exprimem nunca o conflito, mas o seu fantasma” (Bessa-Luís, 1988, p.12) leva-nos a considerar que, para Agustina Bessa-Luís, a narrativa de factos implicará sempre a perspectiva de quem os conta, levando a que se aceite a subjectividade, tornando assim a verdade em aparência. Exemplo disso poderá ser encontrado na segunda Ópera, intitulada “Afonso Henriques e D. Teresa”:

Há quem afirme que Afonso Henriques era um bastardo de Egas Moniz, seu pai verdadeiro. As deduções em volta deste boato são bastante significativas, pondo de parte favores dos santos e dos cronistas. Já do conde D. Henrique, que foi pai presumido de D. Afonso, a naturalidade é controversa. Uns dizem-no neto

do conde Roberto de Borgonha; outros fazem-no proceder do rei da Hungria que seria o pai do dito D. Henrique. (Bessa-Luís, 2006, p. 16).

Ou, ainda, como refere a autora na quarta Ópera, dedicada a D. João:

Não é do meu entendimento e obrigação adiantar alguma coisa à História de Portugal, já escrita e comentada por pessoas doutoradas para isso. No que me aparento com os cronistas é na tentação de romancear e meter diálogos fictícios onde só se ajustam secos relatos. A História faz-se com as vozes do povo e conveniências de cortesãos. (Bessa-Luís, 2006, p. 41).

Uma constatação que, na perspectiva de Maria Fátima Marinho, “destrói a possibilidade de um discurso histórico totalmente fidedigno”, acrescentando que o “seu modo de fazer História completa os dados da historiografia oficial, ao descobrir os meandros da escrita” (Marinho, 2008, p. 143). Neste sentido, a reconstituição de ambientes e factos do passado permite ao leitor, enquanto detentor de uma memória cultural identitária, confrontar-se com os contextos descritos, num equilíbrio desejado entre real e imaginário, história e ficção. “E assim recreio as minhas letras nestas recordações que vão tão longe quanto a imaginação da História” (Bessa-Luís, 2006, p. 7), declara Agustina, uma observação que tende a comprometer a viabilidade de um discurso histórico completamente fiel, conduzindo o leitor pelas incursões que faz pela História, preenchendo eventuais lacunas na historiografia oficial através do modo como aborda e desvenda factos permeados por “recordações” e “imaginação”.

1.2 Reescritas da História

Procurando um espaço de pertença e de identidade, Agustina Bessa-Luís apresenta, nas várias Óperas que compõem este livro, um conjunto de possibilidades acerca de factos históricos e personalidades de um dado período temporal, tentando verificar as linhas definidoras que se têm mantido ao longo dos tempos, colocando-o ao serviço de uma reflexão que engloba o pensamento da teoria e o pensamento da História, considerados estes como instrumentos possíveis de aproximação do texto literário e da reflexão sobre ele e assim também sobre a História e o mundo:

Se julgarmos as coisas pelas memórias do conde de Lavradio, aproximamo-nos mais correctamente dumha época e dos homens que a ilustraram. Ao conde, D. Francisco de Almeida Portugal, devemos um quadro histórico bem definido e comentado e é dele a anotação primorosa: “Em Portugal, é-se geralmente crítico, mas pouco amigo de investigações históricas, especialmente se estas nos não conduzem à má-língua e ao escândalo. (Bessa-Luís, 2006, pp. 93-94).

Para melhor compreendermos a problemática e o modo como a autora recria alguns factos e enigmas da História de Portugal, nas relações que se estabelecem entre o texto literário, a memória e o passado, e a forma como estes são contados, retomamos a 1ª Ópera, intitulada “Viriato”, guerreiro lusitano que lutou contra as invasões romanas na Península Ibérica. Nesta ópera, Agustina enumera alguns dos factos relacionados com este líder, que terá enfrentado os romanos aquando da sua expansão no sudoeste da Península Ibérica, no século II a.C., e que, segundo Agustina Bessa-Luís, se tornou “no homem esperado, no combatente eleito [...] forte, virtuoso, treinado no sacrifício, indiferente à fome e ao frio” (Bessa-Luís, 2006, p. 14). Expondo com a relatividade do acontecimento histórico e a sua questionação, a autora apresenta a sua versão e assim também a sua reescrita da História, para “além dos retratos históricos forjados

por Diodoro e Estrabão” (Bessa-Luís, 2006, p. 14), historiadores gregos mencionados ao longo desta sua obra.

O ambiente de campanha em que os povos se empenhavam perante o invasor é também relatado no texto, deixando em aberto algumas lacunas e segredos silenciados pela própria História. O processo de escrita em *Fama e Segredo na História de Portugal* disso dá conta ao leitor, através de suposições que a autora avança, por exemplo, através de advérbios: “Talvez, quando alguém como julgamos que fosse Viriato atinge o limiar duma nobreza qualquer [...]” (Bessa-Luís, 2006, p. 12); “Lembrou-se decerto de todos os sofrimentos do povo lusitano” (Bessa-Luís, 2006, p. 13) ou “Decerto Viriato não teve todos os dons que lhe atribuem” (Bessa-Luís, 2006, p. 14), ou ainda “Possivelmente, o trato com os romanos não tinha sido reconhecido” (Bessa-Luís, 2006, p. 15).

A evidência assumida por Bessa-Luís de que não existe História sem a intervenção do humano, sublinhando o lugar concedido à “imaginação da História” (Bessa-Luís, 2006, p. 7), é também confirmada nesta primeira ópera através de formas verbais conjugadas no pretérito imperfeito do conjuntivo, tempo verbal normalmente utilizado para a manifestação de desejos, probabilidades ou acontecimentos: “O mais natural é que Viriato se tivesse dado à morte” (Bessa-Luís, 2006, p. 13), ou no pretérito imperfeito do indicativo: “Tal podia ser o humor de Viriato” (Bessa-Luís, 2006, p. 12), ou ainda no modo condicional: “não seria um pobre pastor” (Bessa-Luís, 2006, p. 14). Acrescem também expressões como, a título de exemplo, “o que é de supor é que [...]” (Bessa-Luís, 2006, p. 14), entre tantas outras.

De outras dúvidas referidas pela autora sobre a História de Portugal se compõe esta obra, tais como os motivos que terão levado à morte de Viriato, quem terão sido os antepassados de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, e as razões para a relação conturbada que, de acordo com os historiadores, mantinha com D. Teresa, sua mãe, ou até que ponto a rainha D. Leonor Teles tinha poder sobre D. Fernando, o marido ou, ainda, o suposto casamento de Salazar com uma recatada senhora de apelido Trocado.

A estas dúvidas juntam-se outras perguntas sem resposta, que Agustina Bessa-Luís coloca na 5ª Ópera, denominada D. João II, o rei que teve o cognome de Perfeito e que tinha o “desejo de ser útil ao povo, de exercer a justiça, seja mesmo à custa da crueldade” (Bessa-Luís, 2006, p. 56):

Donde vem ele, com aquele espírito trocista e repentino, com a avareza que sabe gerir como uma conta de deve e haver! Que sangue lhe corre nas veias, além do inglês, que lhe branqueia a pele e lhe faz um formoso filho? É um enigma a amante de D. Pedro que se perdeu nas brumas da Galiza, como se perdeu Lourença de Valadares, mãe de Inês de Castro? O mestre de Aviz quem era realmente, tão evasivo e tão eficaz também? (Bessa-Luís, 2006, p. 60).

Procurando apurar o sentido da História, através do esclarecimento de dúvidas, imprecisões e de enigmas, a autora apoia-se ainda em múltiplas referências que faz a historiadores, cronistas, investigadores e em manuscritos: “Com a morte dos duques e as demais sentenças aplicadas aos conspiradores, D. João II atinge a primeira fase do ditador, segundo a descrição de Gregorio Marañón” (Bessa-Luís, 2006, p. 57), referindo-se aqui ao historiador, filósofo e membro da Real Academia Espanhola de História e de Belas Artes, que pertenceu à geração de 1914.

Sustenta, também, o seu discurso em outras menções, nomeadamente, de cronistas, quando afirma:

D. João opta pelo magnetismo da violência que, além do mais, tem uma componente erótica. Sendo um homem frio, que se descreve como do tipo pícnico, de feições agudas (que não o desfeiam, como diz o cronista), o seu humor é sujeito a alternativas, tanto pode ser exaltado como melancólico. (Bessa-Luís, 2006, p. 57).

Ou ainda:

Uma coisa nos parece extraordinária, como de facto foi comentado sobre a crónica de Rui de Pina: que, tendo a morte do rei todas as condições para impressionar, não se reflectiu na literatura, que foi fraca quanto ao desastre. A lamentação do seu cronista parece mais convencional do que pesada de significado. Resende, por sua vez, não é mais eloquente. Os poetas que no *Cancioneiro Geral* aludem ao tema revelam falta de ânimo e de interesse pelo assunto. (Bessa-Luís, 2006, p. 58).

Embora Agustina Bessa-Luís prometa esclarecer alguns dos enigmas e mistérios da História, prosseguem as incertezas na Ópera seguinte, intitulada “D. Sebastião e o desastre africano”, sobre aquele que era “o rei, reconhecido e sagrado [...] prometido à glória e à lenda, e a tudo” (Bessa-Luís, 2006, p. 65), ao afirmar que “Mas é, com certeza, um quebra-cabeças, como foi e continuará a ser D. Sebastião” (Bessa-Luís, 2006, p. 71).

De igual modo, na oitava Ópera, que tem como título “D. Pedro, o defensor do Brasil”, a autora dialoga com factos descritos pelos historiadores, na referência que faz à mudança da Corte portuguesa para o Brasil, na sequência da invasão liderada por Junot a Portugal, bem como às estratégias do general francês para as suas ambições políticas e os seus propósitos para com a “família maçónica” (Bessa-Luís, 2006, p. 87), ao candidatar-se a Grão-Mestre. Acentuam-se as incertezas, através dos recursos estilísticos a que Agustina recorre na sua escrita, nomeadamente através da utilização do advérbio de modo ao referir-se à mudança da corte portuguesa para o Brasil: “Provavelmente o marquês [de Pombal] não confiava no seu rei nem na corte onde era tratado como um adventício” (Bessa-Luís, 2006, p. 86).

Acrescem, ainda, a menção a outras entidades históricas, de que podem ser exemplo D. João VI, Conde de Palmela, D. Pedro, o regente, Eboli, D. Teresa, as princesas de Avis, Marechal Beresford, D. Carlos, Afonso Costa, Imperatriz Leopoldina, Marquesa de Santos e D. Carlota Joaquina, “que intrigava atrás dos seus leques e dos lenços de cambraia” (Bessa-Luís, 2006, p. 93), tendo em conta as suas aspirações à política do reino, no qual “quer mandar. Mandar, governar como regente” (Bessa-Luís, 2006, p. 90).

Contudo, mantêm-se as indeterminações da História, abrindo-se, desse modo, espaço para a consideração de outras possibilidades e assim também de outras reescritas sobre tempos idos, através da forma como a autora reconstitui acontecimentos relatados, e intervém dando a sua interpretação dos mesmos: “Eu comprehendo que se tenham saudades de coisas assim” (Bessa-Luís, 2006, p. 89), afirma Agustina Bessa-Luís ao relatar a falta que D. Carlota Joaquina sentia de Portugal, da “festa de S. Isidro e do escabeche de *bonito*, e das empanadas de carne magra” (Bessa-Luís, 2006, p. 89), quando pensava que nunca mais voltaria ao país. Ou ainda, quando tece considerações sobre o facto de o Brasil já ser um reino sustentado com o dinheiro e as tropas de Portugal. Nessa sua reflexão, adianta que “para cúmulo de desventuras, deixou de viver entre nós o nosso adorável Soberano” (Bessa-Luís, 2006, p. 92), ao citar o manifesto da Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, de 24 de Agosto de 1820, mas apresentando a sua versão da História, ao afirmar que “O soberano (retiremos-lhe por decoro, o adorável) via-se mergulhado numa confusão tanto doméstica como nacional” (Bessa-Luís, 2006, p. 92). É de sublinhar que a autora, além de retirar o adjetivo “adorável”, grafa a palavra soberano com letra minúscula, como que dando a ver um possível entendimento no modo como interpreta o percurso do monarca.

Também na 12ª Ópera, que tem como título “Delírio e Melancolia”, Agustina Bessa-Luís ensaia uma definição do povo, que parece ir ao encontro da que fora adiantada por António Cândido Franco, em *Sebastião Rei de Portugal*: “Ser português para mim é andar com um letreiro ao pescoço a dizer Sebastião” (Franco, 1993, p. 184), porque o português tem muito

desse rei louco e trágico: “Estou convencido que quando se deu a Restauração de 1640 os Espanhóis de Mérida até Madrid deitaram foguetes. Estavam fartos de Portugal, esse país de poetas e de fantoches” (Franco, 1993, p. 144).

Sem deixar de procurar esclarecer alguns dos mistérios da História, a autora não deixa de tecer alguns comentários, sempre actuais, sobre o estado do país, volvidos séculos sobre a sua fundação, como se as suas narrativas tivessem de percorrer os territórios da História para poderem reflectir sobre o tempo presente: “O estado que melhor convém ao português é o da revolução passiva. Não age, não se adapta, mesmo ao que parece fazer parte das suas convicções mais profundas” (Bessa-Luís, 2006, p. 130). Uma visão que se aproxima da de inúmeros pensadores no modo como definem a identidade portuguesa contemporânea, nomeadamente, Eduardo Lourenço, quando já em 1978, publica *O Labirinto da Saudade*. Uma obra na qual o filósofo classifica o povo português como passivo, indiferente e apático que, incapaz de resolver os problemas e as crises da actualidade, opta por se fixar num passado glorioso, mas longínquo. “Entre o delírio e a melancolia, entre a exigência e a queixa, prefere esperar a sua vez e congratular-se com os acontecimentos emblemáticos duma era que nunca existiu ou de quem nunca virá a aproveitar-se”, reitera a autora (Bessa-Luís, 2006, p. 130).

Partindo, então, do princípio de que “tudo são suposições de um narrador preocupado com a verosimilhança, mais do que com a verdade, que tem por inalcançável” (Saramago, 2010, p.198), como afirma José Saramago, procurámos demonstrar que Agustina Bessa-Luís procede a recriações históricas de tempos passados, reconfigurando a imagem que a História outorgou, através de reflexões e de interrogações sobre o tempo presente, por via da ficcionalização de entidades que se destacaram, numa síntese selectiva, procurando encontrar respostas para algumas das incertezas que envolvem a História de Portugal. “Pouco sabemos dessa rainha a quem se apontam os defeitos da mulher e não as virtudes de homem” (Bessa-Luís, 2006, p. 88). Com o objectivo de esclarecer a verdade histórica, apresenta considerações e assim também a sua versão sobre alguns dos factos mais marcantes sobre Portugal, tornando a Literatura um veículo de reposição dessa verdade ou possibilidade de contar uma outra história da História. É dessa intersecção de questões sócio-políticas e económicas factuais – batalhas, intrigas de amor, dramas de família, herdeiros e bastardos – emprestada à História, que se ergue o testemunho de Agustina Bessa-Luís na construção do seu discurso – seja ele factual ou ficcional – sobre Portugal. Até porque o “que se passa nos bastidores do poder é naturalmente a força de todo um somatório de medidas e pactos que vai fazer a parte oficial da História” (Bessa-Luís, 2006, p.95).

O diálogo fictício, apenas possível no espaço literário de quem reconstrói a memória e, assim, factos históricos, permite estabelecer a comunicação entre uma experiência do mundo e o texto. A autora procura demonstrar como diversos períodos e momentos relevantes da História de Portugal se encontram presentes na sua obra, levando o leitor a perceber o modo como a literatura se propõe (re)escrever uma nova História, através de imagens que representam outras formas de questionar a relação do indivíduo com o seu meio. É o que pretende transmitir ao leitor quando afirma: “É este ponto, nobre sem dúvida, que provoca lacunas na sua narrativa. Até onde a investigação histórica não tropeça com o escândalo e tem que dar ouvidos à má-língua? De qualquer modo, em Portugal, a lenda leva a melhor sobre a realidade. Ela é mais segura do que o facto real em toda a sua imutabilidade”. (Bessa-Luís, 2006, p. 94).

Referências

- Barthes, R. (1966). Introduction à l'analyse structurale des récits. *Communications* 8. *Recherches sémiologiques : l'analyse structurale du récit*, 8(1), 1–27. <https://doi.org/10.3406/comm.1966.1113>

- Bessa-Luís, A. (1988). *Aforismos*. Guimarães Editores.
- Bessa-Luís, A. (2006). *Fama e Segredo na História de Portugal*. Guerra e Paz, Editores.
- Catroga, F. (2006). Ainda será a História Mestra da Vida? *Estudos Ibero-Americanos*, 7–34. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2006.s.1347>
- Catroga, F. (2010). Valor epistemológico da história da história. In M. M. T. Ribeiro (Coord.), *Outros combates pela História Coimbra* (pp. 21–47). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Coutinho, A. P. (2017). Para o autoretrato do escritor enquanto hermeneuta do mundo: Agustina em notas perigráficas. In I. P. Lima, I. P. Leão, L. A. Fonseca & S. Araújo (coords.), *Ética e Política na obra de A B-L* (pp. 17–25). Fundação Eng. António de Almeida.
- Franco, A. C. (1993). *Vida de Sebastião Rei de Portugal*. Europa-América.
- Kong-Dumas, C. (1982, Novembro), Mistério e Realidade na obra de Agustina Bessa-Luís, *Colóquio Letras* (70), 31–38. Fundação Calouste Gulbenkian. <https://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContentDisplay?n=70&p=31&o=r>
- Lopes, S. R. (2006). *Agustina Bessa-Luís: As hipóteses do romance*. Edições Asa.
- Lourenço, E. (1978). *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Publicações Dom Quixote.
- Lourenço, E. (1964, Dezembro). Desconcertante Agustina: a propósito de ‘Os Quatro Rios’, *O tempo e o Modo* (22) 110–117.
- Machado, A. M. (2021). Refrações medievais em Agustina Bessa-Luís: Leonor Teles e Lady Macbeth. *Boletín Galego de Literatura*, 58, “Estudos”, 29–44. DOI <http://dx.doi.org/10.15304/bgl.58.7493>
- Marinho, M. F. 2012. Quem tem medo dos Franceses? *Revue Carnets*, 45–61. <https://doi.org/10.4000/carnets.7314>
- Marinho, M. F. (2008, Dezembro). A construção da memória. *Veredas, Revista da Associação Internacional De Lusitanistas* (10), 135–48 <https://revistaveredas.org/index.php/ver/article/view/134>.
- Marinho, M. F. (Org.). (2004). *Literatura e História*. Faculdade de Letras do Porto.
- Pessoa, F. (1944). Pecado Original. *Poesias de Álvaro de Campos*. Ática.
- Ponce de Leão, I. (2023). Manoel de Oliveira e Agustina Bessa-Luís: os diálogos (im)possíveis. In M. C. F. Ferraz & L. Murari (orgs.), *Fulgurações Interartes: Derivas e Contágios* (pp. 109–120). MAUAD Editora.
- White, H. (2011). A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. In F. A. Novais & R. F. Silva (Eds.), *Nova História em perspectiva*, 1 (pp. 438–483). Cosac Naify.